

Análise da aplicação do crédito para a Agricultura Familiar na Amazônia.

Airton Luiz Faleiro.

Quem liderou e assessorou o processo social que conquistou a primeira linha de crédito do país acessível aos mini e pequenos produtores familiares rurais, o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO Especial, sente-se muito feliz ao encontrar um publicação resultado de intensa pesquisa participativa, que confirma de maneira ativa e cabal que a produção familiar é muitas vezes mais eficiente do ponto de vista econômico, social e ambiental, do que as fazendas e os grandes latifúndios no estado do Pará e, certamente na Amazônia.

Os dados e as conclusões da pesquisa do FNO-FASE/FETAGRI/NAEA/IMAZON apresentados nesse livro merecem ser amplamente divulgados como base para a priorização da produção familiar rural nas políticas públicas. É gratificante verificar, após anos de trabalho de organização e de luta da categoria, que os arautos da burguesia rural, que sempre desqualificaram a produção rural como “atrasada, ineficiente, arcaica, um vazio tecnológica, moribunda...”, só fizeram demagogia da classe que representam. Está clara a incapacidade da agricultura patronal em obter renda satisfatória na atividade agrícola, especialmente porque a parafernália tecnológica por ela utilizada não é adequada à realidade amazônica.

Assim, apesar de excluídos das políticas públicas, da rejeição das matrizes “modernas” de produção agrícola apregoados pela assistência técnica, pelos bancos e pelo governo, da mais absoluta ausência de pesquisa que ao menos tente compreender o milagre da produção sistêmica nessa região, a produção familiar rural é responsável por 6,4% do Valor Bruto da Produção agropecuária do estado (86,2% do VPB agrícola e 42,3% do VPB pecuário), alcançando uma rentabilidade líquida por unidade de área de R\$ 142/ha. Enquanto isso, as grandes fazendas e os latifúndios empresariais, forma de produção privilegiada pelas políticas públicas por longo tempo, participam com 27% e 8,5% do VPB e apresentam uma rentabilidade de R\$ 31/ha e R\$ 6/ha, respectivamente.

Considerados os indicadores econômicos, parece não haver dúvidas de que qualquer política de desenvolvimento tem de considerar prioritária a forma de produção camponesa. Se se pretende, além do mais, que tal desenvolvimento trilhe trajetórias com maior esperança de sustentabilidade, tal prioridade deve ser ainda mais realçada.

Por outro lado, a pesquisa do FNO – FASE/FETAGRI/NAEA/IMAZON aponta diversos problemas na aplicação desse crédito pioneiro na região, que precisam ser corrigidos tanto pelo banco, como pela assistência técnica e pela categoria. O banco e a assistência técnica tem de assumir sua parte e reconhecer que não fora capazes de apresentar uma proposta de projeto que fosse adequada à produção familiar rural na região. O costume do cachimbo deixou a boca torta. Só sabiam financiar grandes produtores e, ai repetirem o modelo falido de crédito para o mini e o pequeno, criaram enormes dificuldades para os projetos financiados. Mas tudo no mundo tem jeito quando se tem espírito de luta e boa vontade.

Um pouco da historia desse processo.

As(as) agricultores(as) familiares, extrativistas e pescadores(as) artesanais da região Norte não eram considerados nem produtores, nem cidadãos, na medida em que não eram contemplados nas normas que regulamentavam o crédito. Isso permitiu que os grandes produtores fossem premiados com as vantagens que os planos governamentais sempre concedem às categorias classificadas como pequenas, tanto no rebate dos encargos financeiros, como na anistia de parte do principal nas negociações de suas dívidas. Politicamente, como esses produtores são “patrões” nos lugares onde

moram, tanto a aprovação de sua proposta de financiamento, como as negociações para o seu não pagamento são realizadas pelo representante parlamentar por eles eleito com os votos daquele curral eleitoral.

Essa situação fez com que o(a) mini e o(a) pequeno(a) produtor familiar rural de fato jamais tivessem feito um empréstimo bancário na Amazônia. A maioria sequer tinha entrado em algum banco para pedir crédito e não tinha os documentos básicos para acessá-lo: carteira de identidade e CPF (quase todos tinham título de eleitor).

Em 1992, o secretário geral do STR de Vizeu – PA, ao voltar de Bragança e ir adentrando uma reunião do STR, perguntou a um assessor: “Existe alguma classificação abaixo do mini?”. “Não” respondeu o assessor. E ele disse então: “Tem sim, pois eu acabo de sair do BASA de Bragança, onde fui buscar informações sobre o FNO para nós, sócios do STR, e o gerente me explicou que não podemos fazer esse financiamento, porque o banco precisa de garantias para fazer o empréstimo, e para isso é preciso que se tenha o título da terra”.

Era uma exclusão estrutural, que considerava essa categoria “resquício do atraso tecnológico”, que precisava ser superado pela modernidade agrícola embutida no receituário da Revolução Verde. Essa forma de produção era considerada um “vazio tecnológico”. Ainda hoje, a maioria das entidades governamentais não reconhece essas práticas produtivas como eficientes do ponto de vista econômico.

A reprodução física e social da categoria sempre foi realizada com um receituário próprio, advinda do saber cultural da população nativa (índios, seringueiros, coletores de frutos, caçadores) e da mistura cultural, especialmente com os camponeses do nordeste brasileiro.

Porém, enquanto a produção familiar ia navegando sozinha, atravessando as dificuldades com o abandono e o preconceito que ia encontrando pela frente, o Estado onisciente e onipotente ia *integrando* e *desenvolvendo* a região com os seus mirabolantes, geralmente chamados por tecnólogos do sul/sudeste do país. Esses projetos se serviam dos recursos naturais até seu esgotamento, deixando apenas os buracos das escavações, como na Serra do Navio, no Amapá, ou causando o desastre ambiental, como o da Ford, que desmatou milhares de hectares para plantar seringa e depois abandonou tudo, no município de Aveiro, no Pará. Além desse modelo mais arcaico, temos os grandes projetos da SUDAM/FINAM, que continuam desmatando e concentrando a terra, com uma produção ridícula e gerando uma ninharia de empregos dos 585 projetos agrários aprovados até 1985 – donos de 12.000.000 hectares de terra – somente 12,3% apresentaram alguma lucratividade; e dos 29.825 empregos prometidos, apenas 11.846 foram gerados, sendo que para cada emprego era previsto um investimento médio de US\$ 331.588,00.

O processo de ocupação da Amazônia pelos(as) produtores(as) familiares rurais se baseou no extrativismo animal e vegetal. A atividade agrícola geralmente não era a principal atividade econômica, era um complemento alimentar, já que para essas famílias, mais da metade da produção se destinava ao auto consumo. Nas regiões de ocupação mais antiga (mesorregião nordeste paraense, por exemplo), onde esse processo foi mais intenso, a redução dos recursos naturais extrativos e o aumento da população transformaram a agricultura na principal atividade econômica, desnudando a realidade de abandono a que estava submetida e transparecendo a dificuldade de sobrevivência somente com a roça anual. Agregam-se aqui as diferenças que dão nas várias realidades estruturais de cada região: distancia muito grande do centro, consumidor, o que encarece o transporte, maior número de filhos pequenos; tipo de financiamento de entressafra (venda na palha, tipos de juros, tipos de compra das mercadorias para o abastecimento, etc).

A atividade extrativa artesanal nem sempre é planejável. Não é possível prever quantos tambaquis vou pescar ou mesmo se vou pescar algum. O mesmo se dar com a caça, a extração de cipós e frutos da mata – outros podem ter coletado antes. A agricultura praticada juntamente com essa atividade era secundária e pouco planejada. Na soma disso tudo, temos um(a) pouco(a) que, ao precisar fazer da agricultura sua prioridade produtiva, tem uma prática anárquica do ponto de vista da organização da produção e do planejamento das atividades. Determinados subsistemas agrícolas praticados em algumas áreas são anti-econômicos, ou dão mais despesas do que receita, e isso não é percebido pelas famílias, que vão sofrendo pequenas perdas anuais até que sintam sua reprodução social ficar muito difícil. Nessa situação, qualquer contratempo pode estrangular aquela unidade familiar, obrigando-a a venda da terra e à mudança, para algum centro urbano.

Essa situação foi criando a necessidade de, com a máxima urgência, alterar os sistemas familiares de produção. A solução mais lógica era a que se aproximava da forma de produção anterior: *substituir o extrativismo vegetal por frutíferas e o extrativismo animal por criações*. O problema era a falta de recursos para investir em um maior domínio das tecnologias para as novas atividades.

Na Amazônia, em algumas regiões, médios e grandes produtores, em épocas diferentes, haviam diversificado as atividades agrícolas: pimenta do reino, maracujá, laranja, cacau, café, etc. Vários produtores familiares foram diaristas nessas plantações e denominaram as tecnologias adequadas a cada produto. E outros tanto também haviam trabalhado em fazendas, cuidando de gado e granjas de galinhas, porcos, etc.

Por outro lado, nas regiões ocupadas por migrantes vindos do sul e do nordeste do país, apesar de estes trazerem esse “novo” conceito de produção, desconheciam as peculiaridades da região e, por isso também, tinham muitas deficiências tecnológicas, agravadas pela falta de recursos.

O crédito.

Nas décadas de 70 e 80, o movimento sindical camponês no estado do Pará, como o apoio da FASE, CPT e outras ONGs, conquistou a maioria dos STRs. Em 1987, uma chapa completamente cutista venceu as eleições da FETAGRI PA/AP, sendo a primeira no Brasil.

No início dos anos 90, havia muita pressão das bases, que exigiam respostas concretas para o estrangulamento que se vivia. Realizaram-se os Gritos do Campo e, ao conquistar o crédito, o FNO-Especial, a categoria deu um passo quase impossível. O próprio susto foi tão grande que não deu tempo para realizar todo o debate de estratégia de desenvolvimento da agricultura nos estados que se definisse quais os principais produtos em cada microregião. Havia sido feita uma verdadeira revolução social e cultural: reabriram-se as chances da não destruição do núcleo familiar rural, pois a falta de políticas geralmente leva a destruição. A possibilidade de injeção de recursos recolocava uma nova chance para aqueles que se encontravam numa situação bastante precária e permitia consolidar aquelas propriedades em melhores condições, como afirma o professor Francisco de Assis Costa nesse livro:

“Os subalternizados, literalmente, não têm rosto nem voz – e sem rosto e voz não há sujeito (...). Os Gritos deram rosto e voz aos camponeses, ensejaram pois, a possibilidade de se constituir sujeitos, interlocutores da sociedade em um campo até então absolutamente reservado às elites: o campo das políticas agrárias e agrícolas”.

Instrumentados pelos Gritos, segmentos camponeses, inicialmente no Pará e depois em toda a Amazônia, levaram – para susto e horror de muitos – até as instituições do estado um projeto seu, de desenvolvimento do espaço social agrário, no qual o campesinato poderia desempenhar papel principal. O fizeram, entretanto, no nível do conhecimento que até então não tinham angariado, de

si próprios e de seus antagônicos, das possibilidades e limites respectivos frente aos novos ideários de desenvolvimento que vinham tomando força.

Ao final desse processo, havia sido produzida no FNO uma das melhores linhas de crédito para a categoria no país, que influenciou sobre maneira a elaboração do PRONAF CRÉDITO, lançado nos Gritos da Terra Brasil, que também recebeu influências dos Gritos na Amazônia.

É claro que o pioneirismo e essa constelação de adversidades causou uma série de problemas. Os resultados da pesquisa do FNO mostram que a assistência técnica se viu diante de um quadro novo e estranho para os pequenos, o acúmulo que tinha na elaboração de projetos para grandes produtores. Assim, elaborou os projetos, introduziu adubos e inseticidas aos moldes do receituário do pacote verde, não dialogou suficientemente com os financiados e nem explicou-lhes devidamente o que era a cédula o contrato. Vários desses técnicos tinham relações com casas comerciais e chegaram a colocar insumos nos projetos que não eram necessários, só para esvaziar estoques, e outros eram até donos ou sócios de lojas desses produtos. Outros manipularam as compras de adubos, matrizes animais e mudas (muitas vezes de má qualidade), tirando vantagens pessoais. Existem casos em que os projetos elaborados sem nenhuma vista do técnico na propriedade do trabalhador.

Alem disso, a pesquisa disponível nos centros de referencia pouco responde a esse tipo de produção. A compreensão sistêmica da Produção Familiar Rural ainda é um desafio para a grande maioria dos(as) pesquisadores(as).

Porém, é inegável que os projetos que foram bem-elaborados e receberam tratos culturais adequados hoje estão produzindo muito bem. A grande maioria teve problemas em alguma das etapas e, por isso, não está como deveria, mas essas propriedades, como apontam os resultados desta pesquisa, apresentam renda superior àquela auferida antes do financiamento. Contudo, já se negociou com o BASA crédito complementar para a readequação dos projetos, o que resolve a maioria dos problemas.

Esse risco processo fez com que a discussão sobre a Produção Familiar Rural na Amazônia tenha galgado uma qualidade superior à de 9 anos atrás e tenha avançado muito. Colocou na sua pauta de lutas do MSTR um projeto de lei de redução dos encargos financeiros para o FNO-Especial, retroativo ao início do Plano Real (com o advento do Real, acabou-se o subsidio e o custo dos projetos ficou inadequado para o processo de investimentos que a categoria vem realizando); um novo modelo de Assistência Técnica; a elaboração de Projetos de Desenvolvimento Local Sustentável; novas políticas de crédito; etc.

Os(as) produtores(as) familiares da Amazônia sempre resistiram bravamente às inovações tecnológicas e produtivas nocivas ao meio ambiente (porque não funcionam na região) e esta intuição preservou os elementos fundamentais para a produção familiar sustentável na Amazônia do próximo milênio: uma floresta de frutos cultivada por um povo cidadão e feliz.

Perspectivas e desafios.

A pesquisa apresentada nesse livro mostra que a busca de alternativas para a superação do estrangulamento vivido pela categoria encontra suporte no tipo de crédito que vem sendo praticado, carecendo, para ser mais eficiente, de que as estratégias de desenvolvimento estejam mais claras e se tenha maior segurança dos tipos de produtos e tipos de projetos mais adequados para cada microregião da Amazônia. Os estados e municípios precisam avançar na elaboração e clarificação dos objetivos de curto e médio e longo prazos, para que os projetos sejam mais articulados horizontal (na produção) e verticalmente (na transformação e na comercialização).

Nossa avaliação geral é positiva, ao contrario daqueles que fazem uma avaliação pontual e preconceituosa. Já se conseguiu quebrar as barreiras políticas e criar uma linha de crédito para a produção familiar na Amazônia, inclusive o PRODEX para os extrativistas. A implantação do FNO – Especial denunciou os limites das modalidades existentes de crédito para a Produção Familiar Rural, do atual modelo de Assistência Técnica, dos pacotes tecnológicos baseados na Revolução Verde, das formas de geração de tecnologia das instituições de pesquisa, as insuficiências na organização do processo produtivo (produzir, transformar e comercializar); indicou o descompasso a ser ajustado entre o crédito e o desenvolvimento sustentável e a carência na formação profissional e escolar dos seres produtivos, entre outros.

Em suma, este processo mostrou e confirmou a viabilidade de Produção Familiar Rural na Amazônia.

A possibilidade de aproveitamento do acúmulo histórico e cultural das práticas extrativistas, no caso dos paraenses nativos, combinado com as práticas agrícolas dos paraenses adotivos, potencializando este saber popular, acompanhado por novas tecnologias geradas e popularizadas, viabilizaram os novos sistemas de produção testados com os recursos do FNO-Especial e outras fontes. Esses sistemas numericamente comprovam o crescimento do consorciamento, caminhando para combinação das três modalidades de produtos em consorcio – plantas perenes, culturas temporárias e essências florestais, combinados com a criação de animais, em alguns casos de pequeno e em outros de grande porte.

Verificam-se iniciativas por meio das quais a produção familiar deu um passo a mais, superando a 1ª fase do processo produtivo – que era a de apenas produzir e vender *in natura* – para as outras duas fases seguintes – transformar e comercializar.

Afirmar um novo sistema de produção que combine o desenvolvimento humano, econômico e ambiental torna-se um objetivo alcançável, saindo da etapa das experiências para tornar-se política de massa. O desafio colocado é adequar os créditos agrícolas a uma nova concepção de desenvolvimento. Para tanto, não basta o FNO – Especial financiar a Produção Familiar Rural, é preciso à partir das críticas, apontar uma nova modalidade de crédito que ultrapasse a diferenciação entre a agricultura familiar e agricultura empresarial, para diferenciar-se ainda mais, atendendo as exigências e especificidades da Amazônia.

Precisamos de um crédito que incentive a produção familiar que comprovadamente for desenvolver atividades com componentes ambientais sustentáveis, mediante rebate em cima das parcelas de pagamento – saldo devedor, com carência e prazo de pagamento diferenciado dos outros programas do FNO. É claro que é preciso definir os critérios para um crédito desta natureza, tendo em vista a justiça de tal proposta: produzir com práticas que substituam as queimadas, fazer o reflorestamento das áreas alteradas e/ou em uso com atividades agropecuárias (transformar em SAF's): implementar o aproveitamento racional e manejado dos recursos naturais, e produzir sem o uso de agrotóxicos.

As linhas de crédito precisam estar integradas aos projetos estratégicos de desenvolvimento da região, baseados na ações de Produtores Familiares Rurais. E aí a lógica tem de ser invertida: não é o(a) produtor(a) familiar que precisa sair implorando um créditozinho ao agente financeiro (geralmente ligado ao poder público), e sim o poder público que, depois de ouvir das organizações dos(as) trabalhadores(as) qual é o projeto de desenvolvimento para aquela área, dirige-se a cada propriedade e propõe o crédito adequado, sem burocracia, para desenvolver projetos amplamente estudados, que garantam o investimento porque assegurem previamente preço mínimo e até mercado (isso é o que o Estado faz com a agricultura empresarial, mas só repassa para o pequeno o que faz de errado com o grande, como é o caso do pacote verde). É inexplicável que fique a cargo

do pobre agricultor a definição do projeto, o convencimento da instituição financeira, a negociação com assistência técnica, a busca de mercado e todos os riscos de empreendimento.

As organizações da Produção Familiar Rural da região precisam travar um debate franco com a comunidade internacional sobre a Amazônia, definindo, de uma vez por todas, que o desenvolvimento sustentável (portanto preservacionista) só é possível via Produção Familiar Rural e sua reprodução enquanto tal, o que demanda uma série de políticas que a viabilizem economicamente, impedindo o êxodo rural. A Amazônia do próximo milênio, que poderá fornecer ao mundo muita energia, biodiversidade e água, é um pressuposto da sustentabilidade da vida no planeta, por isso queremos pactuar com a comunidade internacional qual é a cota de contribuição para a preservação e/ou recuperação da Amazônia. O primeiro mundo, que devastou todas as suas riquezas naturais e precisa da Amazônia para garantir o futuro de seus filhos, tem de pagar a sua parte. Precisamos é pactuar qual a cota que essa comunidade está disposta a assumir, o que nos remete a propor mudanças nos programas financiados pela comunidade internacional hoje em execução e elaborar outros mais eficientes. A realidade dos dados dessa pesquisa demonstra que não haverá. *A Amazônia preservada de forma massiva e significativa se isso não estiver assentado na Produção Familiar.*

Para alteração e elaboração das políticas públicas, o campo precisa:

- a) apresentar à sociedade projeto de desenvolvimento que abarque todos os aspectos da vida, priorize de fato a Produção Familiar e desnude o caráter anti-social, anti-econômico e anti-ambiental do latifúndio e da maioria absoluta das fazendas;
- b) afirmar a importância das instituições de caráter federal na região, porém com suas políticas direcionadas prioritariamente para a Produção Familiar, de maneira desburocratizada e acessível. A SUDAM, que financia grandes produtores que visam ao lucro imediato, agride muito a natureza e não conseguem rendimentos aceitáveis (só 12% dos projetos apresentam alguma rentabilidade), precisa financiar o desenvolvimento e a estruturação da Produção Familiar, que inova e não destrói o meio ambiente.

Nesse mesmo caminho, nós, que somos a maioria da população e conhecemos pela nossa própria vida a realidade dessa região, precisamos elaborar as propostas mais adequadas para a saúde, educação, o fim do analfabetismo, o projeto agroindustrial, a política de manejo florestal, a formação técnico-profissional, etc.

O nosso campo precisa criar o *locus* da elaboração de políticas para a região amazônica e disputar com as propostas tradicionais do empresariado, porque com certeza eles não resistem aos nossos argumentos e à nossa prática.

A pesquisa apresentada neste livro constatou que a assistência técnica no Pará foi permeada por uma concepção autoritária da relação técnico x agricultor: a) o saber não foi construído coletivamente, era o saber do técnico (doutor) sendo repassado para o agricultor (ignorante); b) a metodologia era definida no escritório do técnico; c) o referencial conceitual era o da revolução verde, feito para o grande produtor rural. Por outro lado, devido a uma série de fatores, as instituições de Assistência Técnica da Amazônia entraram nos últimos anos numa situação no mínimo crítica, praticamente de insolvência.

O acesso ao crédito, na forma atual, pressupõe a garantia formal da Assistência Técnica; porém, além de ela não está sendo disponibilizada, geralmente, quando ela existe, utiliza a metodologia, sem dialogar com os produtores.

A assistência técnica que propugnamos é definida e controlada pelas organizações dos trabalhadores, com apoio das entidades ligadas ao setor, num conselho, executada por entidades

governamentais e não-governamentais, financiada com recursos públicos (ou conseguidos por ele) depositados num fundo controlado pelo conselho.

As experiências mais eficientes que conhecemos são aquelas nas quais os(as) técnicos(as) estão próximos do(a) produtor(a) e com uma metodologia interativa vão realizando o processo produtivo, a troca de conhecimentos e a criação de novas tecnologias.

Tendo em vista que o processo produtivo nessa região não tem entressafra – é contínuo – é possível propor um tipo de Assistência Técnica que utilize o Engenheiro Agrônomo numa tarefa de assessoria, elaboração de projetos e preparação de técnicos agrícolas e *Agentes Comunitários de Assistência Técnica*, para estes realizarem o acompanhamento direto da assistência técnica. Esse modelo integrado de desenvolvimento possibilita que as organizações dos(as) produtores(as) familiares realizem a assistência técnica ao implantar e desenvolver um projeto agrícola elaborado coletivamente a partir da experiência dos produtores familiares, os resultados da pesquisa e o investimento do Estado no desenvolvimento, organizando a produção e criando condições de mercado para os produtos.

É nesse ramo que deveremos pensar os projetos de crédito na região: definindo quais os principais produtos de mercado em cada microrregião, para ter mais volume de produção e poder pensar com mais consciência na comercialização e na industrialização.

O FNO representou para a categoria a chance de busca do seu lugar ao sol na Amazônia ambientalmente sustentada, que precisa ter o seu solo recoberto. É visível o aumento da oferta de alimentos / frutos / gado / nos mercados regionais, se comparados com os estados do Nordeste, onde a parcela mais pauperizada da categoria ainda não tem acesso a esses recursos.

Muito se aprendeu nesses anos por causa do FNO: que é preciso ter audácia nos sonhos e jamais se sentir excluído das políticas públicas por causa da condição econômica. A capacidade de mobilização e de colaboração de propostas alternativas é a nossa força política.